

UM MUSEU DE MEDICINA EM PERNAMBUCO E AS PERSPECTIVAS DE MUSEALIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Manoela Lima^{*}

Emanuela Sousa Ribeiro^{**}

Tereza Cristina Moletta Scheiner^{***}

Resumo

A musealização, como um processo deflagrado através da Museologia, evidencia as especificidades em torno do objeto ou dos conjuntos de objetos sobre os quais opera. Somam-se a estas especificidades as relações entre sociedade, cultura, saber e poder que permitem a configuração de trajetórias patrimoniais, da comunicação museológica produzida através da museografia e de argumentações em torno do surgimento de instituições, como o Museu da Medicina de Pernambuco (MMP), atualmente, localizado no bairro do Derby, na cidade do Recife - Pernambuco/Brasil. Como um estudo de caso, é realizada a análise e a interpretação da trajetória do MMP, tendo como ponto de partida a institucionalização do campo médico em Pernambuco por meio das sociedades científicas, ao final da primeira metade do século XIX. Como resultado, apresentam-se os possíveis efeitos deste movimento de preservação da classe médica pernambucana sobre os processos de musealização e comunicação do patrimônio cultural da área em Pernambuco no tempo presente.

Palavras-chave: Musealização; Museu da Medicina de Pernambuco; Patrimônio Cultural de C&T; Comunicação.

^{*} Museóloga pela UFPE, mestranda em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST); manoelalima@gmail.com

^{**} Professora Adjunta III do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPE. Bacharel em História pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre e Doutora em História pela UFPE. Docente do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM); emanuelasousaribeiro@yahoo.com.br.

^{***} Bacharel em Museologia pelo Museu Histórico Nacional; Licenciada e Bacharel em Geografia pela UERJ; Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Professor Associado 2, UNIRIO. Coordenadora, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Editora chefe do periódico *Museum International* (ICOM). Vice-Presidente, Conselho Internacional de Museus - ICOM (2010/julho de 2016). Membro do Conselho Executivo, ICOM (2004/2010). Presidente, Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM/ICOM (1998/2000). Pesquisador - Université Jean-Moulin, Lyon 3. tacnet.cultural@uol.com.br.

Abstract

Musealization as a process triggered by Museology reveals the specifics of the object or set of objects on which it operates. In addition to these aspects it considered the relationship between society, culture, knowledge and power that identify heritage paths, the production of museological communication and the emergence of institutions such as the Medicine Museum of Pernambuco (MMP) currently located in the city of Recife - Pernambuco / Brazil. This study case analyzes and aims to interpret the appearance of this museum, in the context of the institutionalization of the medical field in Pernambuco, influenced by the scientific societies in the first half of the nineteenth century. For the last it seeks to present the effects of this preservation movement of the medical field for musealization and communication of the cultural heritage of the area in Pernambuco at the present time.

Key words: Musealization; Medicine Museum of Pernambuco; heritage of science and technology.

Introdução

Pouco privilegiado por investigações no âmbito acadêmico, o Museu da Medicina de Pernambuco (MMP) consolida-se como alvo de inúmeras intervenções museológicas, decisivas para sua atualização ao tempo presente. Em colaboração a estas intervenções, este trabalho¹ analisa e reconstrói uma trajetória institucional, permitindo compreensões mais apuradas sobre a instituição nos dias atuais.

Evidenciando o papel da musealidade como o elemento de propulsão da instauração deste museu na realidade, o estudo aponta aspectos por vezes complementares, e por vezes conflitantes, entre a idealização de um museu e o desenvolvimento da Medicina no Estado de Pernambuco, assim como levanta hipóteses acerca das disputas de poder, no interior da classe médica, que determinaram os critérios dos sentidos empregados à comunicação a respeito da instituição e, posteriormente, a partir desta.

Neste sentido, apresenta-se a trajetória da idealização do museu junto às principais associações médicas de Pernambuco, procurando evidenciar a multiplicidade de interesses e representações que estavam em jogo antes mesmo da existência material da instituição.

A seguir, apresenta-se o conturbado processo de constituição do MMP e sua transferência para a sede atual, apontando os condicionantes conceituais então atribuídos ao Museu pela comunidade de interesse responsável pela sua gestão.

¹ Este trabalho é uma versão revisada e ampliada do trabalho de conclusão de curso de autoria de LIMA (2013).

Por fim, apresentam-se indicadores de avaliações e transformações desenvolvidas no MMP, após a realização de algumas atividades técnicas de natureza museológica. De modo conclusivo, considera-se a necessidade de maiores estreitamentos da relação entre as instituições museais e a Museologia, com base na revisão de valores e contextos de transformações que compõem o Museu enquanto um processo de dimensões mais ampliadas.

Movimentos de preservação: a representação cultural da Medicina em Pernambuco

O piauiense Octávio de Freitas (1871 - 1949), formado pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, representou uma geração disposta a transformar a assistência à saúde no estado de Pernambuco. Ao final do século XIX, sua atuação esteve concentrada na Sociedade de Medicina de Pernambuco (SMP), instituição sediada, a partir de 1841², no prédio da Ordem dos Carmelitas do Recife, e reconhecida, através da Lei Orçamentária de 1842 (ROCHA, 1956, p.100), como prestadora de serviços de consultoria em higiene e saúde pública pelo Governo Provincial, pelos serviços de atendimento e distribuição de medicamentos gratuitos à população local.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, a visibilidade social das organizações de natureza científica constituiu-se não apenas pelos serviços prestados à sociedade, mas também pela importância da dimensão cultural propagada por estas instituições, promovendo condições para a criação dos museus provinciais, cujas coleções científicas respondiam por sua importância histórica, “talvez por influência do momento político-social” (GUARNIERI, 2010, p.93), em conformidade com o investimento em novas instituições culturais e científicas promovido ao longo do período Imperial.

A ação de registro de entidades de classe como a SMP permitiu a contextualização de ações comunitárias, aspectos das metodologias utilizadas e do cotidiano local reunidos em livros e boletins institucionais (KELNER, 1985, p.3), e são através destes registros que indica-se a consistência de uma dimensão cultural almejada pela instituição. Isto é evidenciado em “Jornalistas médicos e sociedades de medicina” (FREITAS, 1904, p.149), onde encontra-se uma noção de museu enquanto artifício para a viabilidade e manutenção de uma imagem coletiva.

²SOCIEDADE DE MEDICINA DE PERNAMBUCO. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832- 1930)*. Fiocruz. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015.

O episódio narrado por Octávio de Freitas, ocorrido por volta de 1897, nas sessões científicas realizadas pela SMP, trata do insucesso na manipulação de um aparelho de Raio X - “dos mais primitivos, constituído apenas por uma bobina de reduzida proporção, por uns oito acumuladores e pelo tubo de Roentgen, com seu respectivo *écran*” (FREITAS, 1904, p.60, grifo do autor) -, encomendado por Manuel Ferreira Bartolo, comerciante local. Segundo o autor, após a constatação de danos irreparáveis, o instrumento teria sido encaminhado para verificação da Comissão de Ciências Físicas da SMP, onde se concluiu “que poderia apenas servir para o seu futuro **Museu**, como objeto de curiosidade” (FREITAS, 1904, p.60, grifo do autor).

Esta narrativa possibilita compreender o desejo incipiente da classe médica pela variedade de instâncias de representação em função da manutenção de uma identidade coletiva, não bastando apenas a reunião de inscritos, mas, também, a sistematização da memória. Esta opção conferiria uma invariável lógica à compreensão dos aspectos culturais da comunidade de interesse, justificada por uma memória que se apresentava como um aspecto inquestionável e indispensável no processo de consolidação dos grupos sociais, como aponta Nora (1993, p.9). Esta memória que, para o autor, estabelece uma relação de oposição com a história – uma história que se dispõe ao acompanhamento das dinâmicas de transformação da sociedade, muito mais localizada na contemporaneidade -, encontrou adequação necessária nos discursos produzidos pela classe, orientados pela expectativa de que seus inscritos traduzissem toda a apreensão da realidade.

Nessa perspectiva, é possível atribuir ao “futuro Museu”, um modelo funcional de base tradicional ortodoxa, percebido enquanto face institucionalizada do museu³, que se constitui de uma “respeitosa simetria” e de uma lógica do verossímil em suas operações e narrativas (SCHEINER, 1999, p.150), o que definiria uma possível natureza da dimensão cultural almejada pela SMP.

A consolidação de uma representação cultural para a classe médica pernambucana pode então ser compreendida como um movimento de preservação, promovido pelo desejo coletivo de dispor os acontecimentos e as realizações à margem do tempo (SCHEINER, 2004, p.36). Este movimento, identificado pela construção de narrativas sobre as experiências vividas e pela atribuição de representações ao instrumento científico pela SMP, configura um processo de patrimonialização que implicaria em uma readequação

³ Fenômeno cultural, categoria de representação e fato dinâmico que conjuga a memória, o tempo e o poder. Ver (SCHEINER, 1999, p.133-138).

simbólica necessária ao contexto de desenvolvimento do museu, ou seja, conformada aos procedimentos inerentes à instituição na realidade, que apresenta a musealidade e a musealização como elementos centrais.

Considera-se a definição tríade de Stránský como um primeiro momento de surgimento destes termos, através dos investimentos teóricos da chamada Escola de Museologia de Brno (RUTAR, 2012, p.9). O conjunto de definições foi iniciado pela noção de museália (objeto de museu), sucedido pela noção de musealidade (qualidade) e, finalmente, pela definição de musealização (sistematização dos procedimentos de seleção, documentação e comunicação). A articulação destas três noções no fluxo de redefinições do sistema da Museologia protagonizou os estudos de diversos autores, a partir de Stránský. No entanto, a explícita consideração de que a musealidade precede a musealização, e, portanto, constitui-se como uma atribuição espontânea pelos indivíduos, não completamente refém da existência de um museu, é expressa pelo pensamento de Maroevic (1997) e Scheiner (2013).

Para Maroevic, a musealidade oferece a motivação para o surgimento do processo de musealização, e é compreendida como uma qualidade imaterial do objeto ou dos conjuntos do patrimônio cultural, podendo ser encontrada na realidade do museu ou em outros muitos contextos possíveis (1997, pp.111-121). No mesmo sentido, Scheiner (2013, p. 372) sinaliza que a musealidade representa a identificação de uma relação entre o humano, o espaço, o tempo e a memória que indica a potência ou qualidade de certas representações do real “relevantes, na ótica de determinados grupos sociais – e portanto, passíveis de musealização”. Esta última configurando o sentido que viabiliza a compreensão, tanto da retenção do objeto, quanto da menção a um museu, no episódio relatado por Freitas, como indicadores de musealidade, mobilizadores da identificação de um potencial que perpassaria o objeto e a idealização do ambiente que estaria permitindo sua nova contextualização, ainda que diante de um incipiente processo de patrimonialização.

A institucionalização do campo médico e os impactos sobre o museu em processo

A concepção do museu planejado pela SMP, do ponto de vista da formalidade institucional, acompanhou o desdobramento do próprio processo de institucionalização da Medicina pernambucana. Neste sentido, a campanha pela implantação de um centro de ensino formal para a Medicina no estado, aproximando-se da realidade de estados como Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (COSTA; ROCHA, 1985, p.7), e o surgimento do

Instituto Pernambucano de História da Medicina, representaram os pontos de maior influência sobre o desdobramento do museu tão longamente idealizado.

A implantação de uma escola de Medicina em Pernambuco foi uma bandeira defendida por um número cada vez maior de profissionais, ao longo das primeiras duas décadas do século XX, na medida em que sucessivas propostas foram recusadas pelas instâncias governamentais (COSTA; ROCHA, 1985, p.20). A partir de 1914, a integração de interesses políticos permitiu o surgimento de condições ideais para a criação da Escola de Medicina, através de intervenções realizadas na estrutura da já existente Escola de Farmácia (EF), então dirigida por Octávio de Freitas, que consolidou a autonomia da entidade, proporcionando a ocupação de dependências apropriadas ao desenvolvimento das disciplinas práticas, reestruturação da matriz curricular e ampliação do quadro de docentes em função dos encargos disciplinares. Sua atuação sinalizou o empenho e a competência dos profissionais da saúde da época em busca de horizontes mais promissores.

Apesar dos bons resultados diante da EF, a posterior intenção de eleger um Corpo Docente e permitir a constituição da Primeira Congregação para a Faculdade de Medicina, em abril de 1915 (COSTA; ROCHA, 1985, p.23), incentivada por Freitas, necessitava de maiores apoios por parte das instâncias governamentais, que atribuiria ao ensino formal de Medicina reconhecimento semelhante àquele conferido à Sociedade de Medicina de Pernambuco, por exemplo. Somente a partir de 1927, consolidou-se a Faculdade de Medicina do Recife (FMR), formada por um conjunto significativo de escolas de formação especializada no estado de Pernambuco, composto pelas Escolas de Farmácia e Odontologia. Utilizando-se das dependências das instituições vinculadas à Santa Casa de Misericórdia do Recife (SCMR), como o secular Hospital Pedro II, a FMR promoveu a associação da vocação pedagógica nestes espaços, por meio da constante circulação de estudantes e das sistemáticas tutorias.

Na mesma data, as instalações adequadas para a FMR puderam ser concretizadas, em um terreno doado no bairro do Derby (BARRETO, 2000, p.173), o que eliminou a questão da dependência física como um possível problema, visto o que já haviam enfrentado algumas sociedades científicas e instituições de ensino no estado de Pernambuco. A configuração de uma sede própria para a FMR permitiu, também, a melhoria da oferta de serviços da Saúde Pública, como o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), que, após ser transferido para o edifício da FMR, incorporando as disciplinas de Anatomia e Fisiologia Patológica (COSTA; ROCHA, 1985, p.162), adequou-se ao padrão exigido para

o atendimento da sociedade da época e foi o ponto de partida para a construção de um quadro de descrição mais amplo das doenças encontradas na Região Metropolitana.

Integrada à Universidade do Recife, a partir da década de 1950, a FMR consolidou suas atividades clínicas no Hospital Pedro II, parceria que durou mais de setenta anos, possível através de convênio firmado entre a FMR e a SCMR, atribuindo ao Hospital Pedro II também a referência de Hospital das Clínicas, enquanto o prédio destinado para tal atividade pela Universidade do Recife, no bairro do Engenho do Meio (COSTA; ROCHA, 1985, p.64), não estivesse disponível.

O fim da década de 1970 trouxe um ponto final às atividades da FMR no Hospital Pedro II, pois finalmente inaugurava-se o novo prédio do Hospital das Clínicas, já localizado no campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com o funcionamento do novo Hospital das Clínicas, o antigo Hospital Pedro II ficou parcialmente inativo. Sua reocupação ocorreu apenas em meados da década de 1980, com uma gestão dirigida pelo Governo do Estado de Pernambuco, que em 1986 promoveu a redefinição do Contrato de Arrendamento e Cessão de Uso do terreno onde se localizavam o Hospital Pedro II e a Maternidade Oscar Coutinho, ainda vinculados à SMCR, e a instalação do Centro Integrado de Assistência à Saúde da Mulher e *de um museu*⁴. Este conjunto de ações, proposto pela gestão do então governador Gustavo Krause, buscou a importância do valor patrimonial do Hospital Pedro II.

Os indicadores de sentido específicos da classe médica em torno da representatividade do Hospital Pedro II foram constituídos a partir da década de 1940, época em que pode-se perceber um novo período de movimentação da classe em torno de sua representatividade cultural, novamente alicerçada na noção de influência que a existência de organizações de natureza científico-cultural conferia à compreensão da institucionalização da Medicina no Estado. Entretanto, é necessário salientar que a coexistência de diversas instituições médicas, com funções sociais semelhantes, não proporcionou dinamismo ao exercício pleno de uma natureza simbólica sobre o patrimônio cultural do campo. Atribui-se a isto, inclusive, a própria concentração dos interesses de Octávio de Freitas em constituir-se como um dos grandes expoentes do campo, o que o fez dividir-se entre as mais de 30 instituições por ele criadas. Por esta razão, a diversidade de atuações neste cenário só foi estabelecida efetivamente a partir de seu falecimento, em 1949.

⁴ Contrato de Arrendamento e Cessão de Uso SCMR/GOV.PE – mai. 1986. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

O Instituto Pernambucano de História da Medicina (IPHM), criado em 25 de agosto de 1946 por um corpo de profissionais composto por “médicos, farmacêuticos, químicos e veterinários” (ROCHA, 1993, p.245), teve em sua primeira diretoria a participação de Octávio de Freitas como presidente, como vice-presidente, Pierre Rouquayrol, Leduar de Assis Rocha e Francisco Montenegro como secretários e Galvão Raposo respondendo pela tesouraria, e constituía junto à Sociedade de Medicina de Pernambuco, reestruturada em 1944 (LIMA, 1993, p.55), as instâncias culturais que, niveladas na estrutura simbólica, detiveram o poder de “reafirmar a força de representação de um museu no contexto social” (LIMA, 2013, p. 56).

Nesta nova fase, o médico Leduar de Assis Rocha conduziu as aproximações necessárias à compreensão das determinações conceituais que envolveram a formação das coleções do patrimônio cultural do campo, a partir da década de 1950. Leduar promove o estreitamento das relações entre o IPHM e o Instituto Brasileiro de História da Medicina (IBHM), fundado em 1945, a fim de tomar emprestado o prestígio desta instituição que já havia constituído relevância nacional ao responder pela produção da Revista Brasileira de História da Medicina, em antecedência, inclusive, à existência da Academia Brasileira de História da Ciência (AMOROSO, 2005, p.4).

A realização do II Congresso de História da Medicina, no estado de Pernambuco, através da parceria entre os dois institutos impulsionou os interesses de Leduar no sentido da construção de referências históricas sobre a classe. Em parceria com a SMP, o IPHM liderou uma iniciativa concreta no sentido de reunir um grande conjunto de objetos sobre a medicina pernambucana para a constituição do museu, o que não se concretizou pela inexistência de locais adequados ao armazenamento das coleções, segundo Barreto (2011, p.137).

Muito do que se compreende sobre este período concentra-se nas informações produzidas para os jornais locais. No ano de 1969, em matéria publicada no Jornal do Comércio⁵, identificamos novas atenções em torno da implantação de um museu pela SMP. Nela, Leduar de Assis expressa sua satisfação pela nomeação enquanto diretor do futuro Museu de História da Medicina da SMP, salientando a inexistência de local definido para sua instalação. O médico acrescenta ainda que buscaria congregar interesses e conferir maior visibilidade ao projeto através de uma possível colaboração com a Faculdade de Medicina, por ocasião das comemorações em torno do cinquentenário da instituição, com a realização de uma exposição temporária.

⁵ ROCHA, L. de A. *Notas avulsas*, fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

No mesmo ano, o médico retorna ao *Jornal do Comércio* com artigo intitulado “Museu de História”, no qual apresenta um panorama sobre a constituição de museus de medicina no país, considerando a singular existência do Museu da Medicina da Academia Nacional de Medicina. Neste artigo Leduar também sinaliza sua noção sobre os conhecimentos específicos de natureza técnica a respeito da produção de exposições, informando sobre os trabalhos realizados com diversos temas referentes ao campo da Medicina, em parcerias com o Arquivo Público Estadual e o Instituto de Higiene do Nordeste. Volta ainda a enfatizar a necessidade da criação de um

museu permanente, que possa ser visitado por leigos e profissionais a fim de que uns e outros (notadamente os últimos) possam apreciar, na medida do possível, a evolução da nossa medicina e o esforço dos nossos velhos médicos, em benefício da saúde da comunidade pernambucana⁶.

Cabe ressaltar que, ao final do século XIX, segundo Santos (2004, p.55), o referido Museu da Academia Nacional de Medicina (1898) constituía-se como uma das exceções na prática de classificação relacionada aos elementos encontrados na natureza. Também neste período, outro ponto de influência sobre esta instituição refere-se à perspectiva internacional de formação das coleções nos museus destinados à história das ciências e técnicas, ocasionada, conforme Faria (2009, p.55), pelos acúmulos de instrumentos e aparelhos obsoletos ou em desuso causados pelo progresso tecnológico.

A autora afirma ainda que esta foi a questão que proporcionou maiores aproximações à relação entre a Medicina e o Museologia, no contexto europeu. O que se comprova também pelo modo como constatamos o surgimento do museu, em potência, no âmbito da SMP, pela incorporação do aparelho de Raios-X, episódio contemporâneo à criação do Museu da Academia Nacional de Medicina. Esta percepção possibilita sugerirmos que o amadurecimento do sentido do museu para a classe médica pernambucana detém os mesmos referenciais, o que permite o dimensionamento da apreensão do conceito de museu em processo.

A consolidação dos locais de fala

É possível perceber o aumento de aspectos colaborativos nas relações entre as instituições científico-culturais do campo médico, no sentido da produção de seus referenciais culturais, a partir da década de 1970. Em artigo publicado no *Jornal do*

⁶ ROCHA, L. de A. *Museu de História*, fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

Commércio, em janeiro deste ano, Leduar de Assis⁷ menciona o pioneirismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na valorização do ensino da “historiologia” médica, condição viabilizada pela figura do médico e professor Antônio Figueira, à frente da direção da FMR, grande incentivador das pesquisas desempenhadas pelo IPHM.

A criação de uma nova associação médica, a Academia Pernambucana de Medicina (APM), em dezembro de 1970, representou nova tentativa da classe médica de preencher uma “sensível lacuna no movimento associativo e cultural, sobretudo desta região”⁸. O canal estabelecido com a sociedade da época por Leduar de Assis, através dos artigos publicados, foi então potencializado pelas discussões e medidas concretas da APM.

Ao mesmo tempo, novos investimentos partiram da SMP para a criação do museu, por iniciativa do presidente em exercício, o médico Hindenburg Lemos, em 1972. O projeto, construído com o auxílio de Leduar de Assis, ambicionava a ocupação de duas salas no pavimento superior da nova sede da Sociedade, e, mais uma vez, definia o direcionamento de ações para o público específico, composto pela classe médica. Esta determinação foi justificada pela identificação de uma falta de familiaridade da coletividade com o “culto de seus cânones”⁹, o que foi capaz de determinar a característica histórica do discurso projetado pelo museu, em concordância ao que fora proposto desde sua idealização, vinculado à possível determinação de um modelo de instituição tradicional ortodoxa, como foi apontado anteriormente. Esta característica de “museu histórico” foi determinante também para explicar os afastamentos estabelecidos entre este museu e quaisquer avanços relacionados ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia e até a mesmo conotações sociopolíticas acerca de suas coleções.

A colaboração da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no desenvolvimento da ideia do museu envolveu as comemorações do 131^º aniversário da SMP. Em nota ao Jornal do Commércio, em abril de 1972, a instituição informa a oferta de um terreno para a construção de uma nova sede pela PCR e a “inauguração simbólica do Museu Médico”¹⁰. Tanto esta quanto uma outra tentativa de implantação do museu, em 1975, não foram viabilizadas devido à instabilidade dos recursos e medidas para a consolidação de um ambiente adequado à coleção, que, segundo Leduar, constituía-se de “livros antigos,

⁷ ASSIS, L. de. *História da Medicina*. Fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

⁸ ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ata de fundação da Academia Pernambucana de Medicina*. dez. 1970. Acervo Arquivo Histórico do Museu do IMIP.

⁹ ASSIS, L. de. *Crônica da Cidade*. Fragmento de jornal. Museu de História da Medicina.

¹⁰ SOCIEDADE de Medicina de Pernambuco. Fragmento de jornal. abr. 1972. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

teses de doutoramento, objetos de uso da profissão, coleções de receitas, fotografias e diplomas”¹¹.

O horizonte da questão em torno deste museu foi somente expandido a partir de 1978, por um processo instituído pela APM. Um ofício encaminhado ao então Reitor da UFPE, Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel, reuniu argumentos em torno da ocupação do antigo edifício da FMR para uso da Academia, que havia sofrido com problemas estruturais ocasionados a partir da enchente ocorrida na Região Metropolitana, em 1975. A inatividade e a “interligação cultural, científica e afetiva”¹² atribuída ao imóvel compuseram os elementos de convencimento priorizados no documento. O processo foi finalizado em fevereiro de 1980 e incluiu também o estabelecimento no local da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (SBME), legitimando o espaço como um centro de cultura do patrimônio da Medicina em Pernambuco. Contudo, apesar da finalização do processo administrativo, a ocupação efetiva do prédio por estas associações só viria a acontecer mais de uma década depois, em 1995; posto que naquele momento não havia verbas para a recuperação física do imóvel.

De qualquer maneira, esta iniciativa marcou, na década de 1980, um novo movimento de preservação da representatividade da classe médica. A concretização do museu e a retomada do antigo edifício da FMR representaram então os elementos de um consenso a respeito da existência do grupo na esfera simbólica, percebido como um processo de patrimonialização.

Como já referido anteriormente, outro ambiente de semelhante valor simbólico atribuído pela classe médica, o Hospital Pedro II, havia sido alvo das iniciativas públicas de preservação promovidas durante a gestão do Governador Gustavo Krause. Este movimento de preservação provocado pela gestão do poder público interferiu de modo decisivo no movimento articulado pela classe médica, viabilizando uma concepção concreta do museu na realidade, a partir de março de 1987. A participação de Leduar de Assis concentrou-se no apoio à iniciativa, expresso em artigo publicado no Diário de Pernambuco, no qual reafirma a necessidade de uma abordagem memorialista e a natureza das coleções, acrescidas por mobiliários e demais itens que produzissem a reconstituição do esforço e devotamento de seus antecessores¹³.

¹¹ ASSIS, L. de. *Museu*. Fragmento de jornal. mar. 1972. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

¹² ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ofício ao Magnífico Reitor Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel*. 1º de agosto de 1978. Arquivo Histórico do Museu do IMIP.

¹³ ASSIS, L. de. *Hospital Pedro II: uma história a ser contada* – ago. 1986. Fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

O momento marcou o protagonismo do médico José Falcão como um dos representantes do IPHM nos muitos encontros promovidos através da Secretaria Estadual de Saúde (SES/PE), apoiada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), que cedeu o apoio operacional da museóloga Marluce Azevedo. Apontamos Falcão (1995, p.3) uma preocupação da museóloga em relação ao curto espaço de tempo para a elaboração da proposta, entre a montagem e a inauguração da exposição.

Apesar do pouco acervo reunido - mesmo com a chamada pública para a doação de objetos articulada pela SES/PE - inaugurou-se, em 10 de março de 1987, no Hospital Pedro II, o Museu da Medicina de Pernambuco (MMP) com a finalidade de preservar a “memória médica do Estado de Pernambuco, no mais amplo sentido, na certeza que ele muito tem a honrá-lo. As ideias, os sonhos e os desejos daqueles que nos precederam, tornam-se hoje, uma realidade” (FALCÃO, 1995, p.3).



Figura 1 - Reprodução de imagem extraída de matéria veiculada pelo Diário de Pernambuco, 1987.

Apesar da efetiva inauguração do Museu, “cinco dias depois, houve a mudança de administração no governo do Estado, e, conseqüentemente, nas demais unidades vinculadas ao Estado” (BARRETO, 2011, p.138). O então governador Gustavo Krause perdeu a eleição para Miguel Arraes (PMDB), que representava, naquele contexto, uma

postura mais à esquerda, alterando completamente o equilíbrio das forças políticas em Pernambuco.

A matéria de Fernanda d'Oliveira publicada no Diário de Pernambuco, um mês após a abertura do museu, apresenta a dimensão do desafio imposto pela sua manutenção. Diante da afirmação de Leduar de Assis a respeito da insensibilidade social para as funções do museu e da história, a jornalista pontua o impasse estabelecido entre a SES/PE e a administração do MMP a respeito da permanência da instituição no Hospital Pedro II, uma vez que este se encontrava praticamente em desuso desde que deixara de ser Hospital das Clínicas da UFPE ao final da década de 1970 (MENDONÇA, MENDONÇA, 2000, p.81)¹. A reportagem indica ainda o desejo da SES/PE de transferir o museu para o edifício da antiga FMR, o que se concretizaria anos depois.

Este acontecimento determina então um longo período de silenciamento das atividades do MMP, encerrado apenas a partir de 1995, com a efetivação do acordo entre a APM e a UFPE, que conduziu ao surgimento do Memorial da Medicina de Pernambuco no prédio que originalmente abrigara a Faculdade de Medicina. A finalidade do Memorial adequou-se ao desejo exposto no Ofício produzido pela APM em 1978 de estabelecer a área da cultura médica, uma biblioteca, a realização de reuniões científicas e culturais, cursos e debates, e atividades voltadas ao desenvolvimento cultural da comunidade¹⁴. Configuraram-se como agentes dessas ações os membros da APM, da Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Medicina do Recife, do Instituto de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade, da Academia de Artes e Letras de Pernambuco, da Regional de Pernambuco da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores e do Instituto Pernambucano de História da Medicina, ao qual vinculou-se o Museu da Medicina de Pernambuco, conforme informa Barreto¹⁵, efetivamente reinaugurado apenas em 1999.

Observa-se que o interregno entre a inauguração do Museu no Hospital Pedro II, em 1987, e a reinauguração definitiva do Museu, em 1999, é de mais de uma década. Neste período o Museu existe oficialmente, contudo, permanece com funcionamento limitado, de maneira que representa muito mais a expectativa de uma museália subaproveitada e funciona, certamente, como elemento de pressão política para a resolução dos problemas relacionados à patrimonialização do prédio da antiga Faculdade de Medicina.

¹⁴ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ofício ao Magnífico Reitor Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel*. 1º de agosto de 1978. Arquivo Histórico do Museu do IMIP.

¹⁵ BARRETO, L.. *Museu da Medicina de Pernambuco*. [Online]. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/espacos/museu-medicina-pe>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

Em 1986 o referido edifício foi tombado pelo Estado de Pernambuco, em um processo capitaneado pela classe médica – especialmente os médicos Fernando Figueira e Antonio Figueira - que enfrentou, em nome da patrimonialização, embates com diversos setores da sociedade e do próprio campo da medicina, que tinham propostas alternativas para o prédio:

Além do Comando Militar, outras entidades também requereram à Universidade a doação ou cessão daquele prédio, entre elas a Sociedade de Medicina de Pernambuco, a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, o Tribunal de Justiça do Estado e a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Houve também uma tentativa de alienar esse prédio por venda. Todas fracassaram pela luta perseverante dos médicos e instituições médicas defensoras daquele patrimônio (BARRETO, 2011, p. 136).

Observa-se também que neste contexto, em que o controle sobre o processo de patrimonialização implicaria também no privilégio de ter uma sede fixa, ocorreram conflitos internos ao campo médico, pois o grupo - da Academia da Medicina de Pernambuco - que saiu vitorioso neste embate não considerou legítima a ocupação do prédio da antiga Faculdade pela própria Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Ao mesmo tempo, ressalta-se que a musealização e a patrimonialização parecem ter sido processos fundamentais deste conflito, pois o prédio foi efetivamente tombado e, além disso, foi restaurado, às expensas da UFPE, “gastando ao final quase um milhão de dólares” (BARRETO, 2011, p.136).

O projeto geral de adequação do prédio aos novos usos foi feito pela UFPE que, já nas plantas originais localizou o Museu em uma ampla área da edificação, incluindo o espaço que poderia ser considerado como o mais original do prédio, o anfiteatro com suas escadarias ascendentes e a sua claraboia. Neste local ocorriam as aulas de anatomia – das quais há um registro fotográfico extensamente divulgado pelo próprio Museu, anos depois – e parece ter sido preservado deliberadamente com a intenção de rememorar esta função do prédio.

Este dado é importante, pois, há que se considerar que o prédio fora usado, entre 1960 e 1979 (BARRETO, 2011, p.135), como Colégio Militar e do acervo de bens móveis da antiga Faculdade de Medicina nada mais restava. A preservação do anfiteatro parece ter sido planejada como um elo de ligação com um passado que não era o passado ao qual pertenceram as peças do Museu que, em sua maioria, eram provenientes de doações de

médicos não vinculados à UFPE¹⁶. Contudo, a narrativa museológica criada no ambiente foi capaz de recriar este vínculo, fortalecendo o capital simbólico da classe médica como um todo.

O Museu da Medicina de Pernambuco e o curso de Museologia da UFPE

Perceber o surgimento do MMP, a partir de uma perspectiva museológica, projeta de maneira exponencial a possibilidade de compreensão da conformação do museu, enquanto instância relacional, pelos grupos sociais. Em sua percepção na realidade objetiva, os obstáculos de natureza política e administrativa são também novos elementos passíveis de intervenção pelo campo da Museologia.

Entre 1999 e os dias atuais o MMP permanece em funcionamento no Memorial da Medicina de Pernambuco. Neste período se estabelece uma nova relação institucional, desta vez com a Universidade Federal de Pernambuco.

Enquanto bem imóvel, o prédio do Memorial da Medicina pertence à Universidade e tem sido por ela administrado desde sua inauguração¹⁷, embora as associações médicas ali presentes tenham mantido completa autonomia administrativa. Esta situação vem ocasionando conflitos de natureza político-administrativa no âmbito da própria Universidade, os quais se relacionam tanto com o prestígio da Medicina na política interna das eleições diretas para reitor na Universidade, quanto com os conflitos que se estabelecem no contexto da própria classe médica na UFPE.

No ambiente de uma instituição de ensino superior federal os conflitos por poder e prestígio são, muitas vezes, materializados através da disputa por espaços físicos. No caso do Memorial da Medicina a classe médica teve que ceder em alguns momentos, pois desde a sua inauguração, em 1995, até os dias atuais funciona no prédio o órgão gestor do vestibular universitário federal (COVEST/COPSET), ocupando cerca de um terço de todo o espaço físico existente. Ao mesmo tempo, o prédio do antigo Serviço de Verificação de Óbitos exemplar da arquitetura modernista edificado em 1937 e

¹⁶ Esta é uma situação muito vivenciada nos dias atuais: os visitantes do Museu tendem a associar os objetos com a antiga Faculdade de Medicina, contudo, do que foi possível pesquisar até o momento, não se tem notícia de que nenhum dos objetos existentes no Museu tenha, de fato, pertencido à antiga Faculdade.

¹⁷ Desde a inauguração do Memorial, em 1995, até o ano de 2013, o prédio foi administrado pelo médico Luiz Gonzaga Barreto, atualmente aposentado. Além de ter sido funcionário da administração superior da UFPE é membro de diversas associações médicas do Estado. Deste ano de 2013 até os dias atuais o Memorial da Medicina tem sido administrado por docentes do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE. Originalmente as atividades do Curso de Museologia concentravam-se no Museu, a partir do momento em que a administração do prédio passou para os docentes da Museologia, as passaram a ocorrer em todo o Memorial da Medicina.

atualmente tombado pelo IPHAN, localizado atrás do prédio da antiga Faculdade de Medicina, foi cedido para a Seção Pernambuco do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).



Fotos 1 e 2 - Vista do prédio da antiga Faculdade de Medicina em 1931 e nos dias atuais. Fonte: www.google.com (2016), www.ufpe.br (2016).

Inicialmente alheios a esta situação política, a partir de setembro de 2010 integrantes do corpo docente e discente do curso de Museologia da UFPE começaram a ter contato com o Museu¹⁸, e a partir de janeiro de 2011, a atuar efetivamente na instituição. Desde aquele momento até os dias atuais o Museu tem servido como espaço de atividades de extensão, pesquisa e ensino, e, em especial, de práticas de estágio supervisionado¹⁹.



Fotos 3 e 4 - Abertura da mostra “Corpo Território”, exposição curricular do Curso de Museologia, em 13 de fevereiro de 2014. À esquerda o salão nobre do Memorial da Medicina de Pernambuco, onde ocorreu a exposição e à direita o jardim interno do prédio, onde foi servido o coquetel. Fotos: Anselmo Mendonça, 2014.

¹⁸ Os primeiros contatos com o Museu da Medicina de Pernambuco ocorreram com a intenção de realizar levantamento para o Projeto Valorização do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, coordenado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins, que possuía Termo de Cooperação Técnica com a UFPE. Apenas após estes contatos o Curso de Museologia se aproximou do Memorial da Medicina de Pernambuco.

¹⁹ Além das atividades cotidianas de documentação e conservação, destacam-se projetos de extensão (“Memória Social da Medicina: preservação e divulgação do Museu da Medicina” e “Apresentação, preservação e divulgação do Museu da Medicina”), produção e apresentação de trabalhos sobre o Museu e seu acervo em eventos acadêmicos.

Ainda que constrangidos pelas limitações financeiras, burocráticas e mesmo de natureza institucional – pois o acervo do Museu não pertence administrativamente à UFPE – desde então vêm sendo realizados no local diversos processos museológicos que alteraram algumas das dinâmicas da instituição.

Nesse sentido, as ações promovidas a partir dos processos museológicos foram capazes de indicar a necessidade da aplicação de medidas preventivas para a conservação e documentação do museu e suas coleções, o que ocasionou em um primeiro momento a elaboração de um levantamento por meio de arrolamento dos itens dispostos em todos os ambientes ocupados pelo IPHM. Este procedimento revelou mais de 3 mil itens compreendidos nas categorias de mobiliário expositivo (museália com função expográfica atribuída), objetos de trabalho, objetos de ensino, objetos pessoais, objetos comemorativos e fragmentos não identificados. Cabe aqui enfatizar que a conclusão deste procedimento formaliza a noção de musealização, enquanto operação de subordinação da museália aos parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação (SCHEINER, 2013, p.372).

Além de finalizar o processo de musealização, pode-se afirmar que a atuação da Museologia no MMP atribuiu um novo sentido às coleções e subcoleções, que puderam então ser compreendidas enquanto “resultado de suas conexões no espaço cenográfico, no contexto social e no campo epistêmico de sua mostra no museu”, como sugere Panese (2007) a respeito do cuidado empregado ao ato de observar a composição dos sentidos dos objetos científicos nos museus.

Enquanto os fundadores da instituição atribuíram ao Museu um sentido eminentemente histórico, a atuação da Museologia atribuiu ao acervo um sentido eminentemente científico. Estranhos aos valores e capitais simbólicos manejados pela classe médica, os estudantes, museólogos e professores do Curso de Museologia tenderam a enfatizar os aspectos técnicos e científicos dos objetos. Um exemplo importante desta mudança de entendimento pôde ser identificada nas modificações ocorridas na expografia do Museu a partir de ações que vêm ocorrendo sistematicamente nos últimos anos e que se apresenta apenas a título de exemplificação.

Nos primeiros contatos das autoras com a instituição – 2010 – a quase totalidade do acervo encontrava-se exposta, existindo então uma reserva técnica de pequeno porte, composta por cerca de uma centena de peças, escolhidas pelo fato de serem muito pequenas e fáceis de serem levadas por visitantes mal-intencionados.



Fotos 5 e 6 - Reserva técnica e aspectos da exposição em 2010. Fotos: Arlindo Francisco da Silva Filho, 2010.

Naquele momento existiam estantes que expunham de peças muito semelhantes, pois, segundo entendimento corrente, representavam doações de médicos diferentes. Ao longo do tempo reduziu-se significativamente a quantidade de objetos expostos, utilizando-se como critério para a retirada de peças da exposição o fato de ali já existir

um exemplar, ou seja, a representação do objeto enquanto objeto de ciência e tecnologia prevaleceu sobre a representação do médico ou da instituição de proveniência do objeto.

Por questões de segurança também foram retiradas de exposição peças pequenas que não puderam ser acomodadas em vitrines. Desta vez o critério, além do aspecto óbvio de segurança – a peça deveria caber nas poucas vitrines existentes –, foi a exemplaridade da peça para alguma das especialidades médicas ou atividade rotineira da área da saúde. Novamente, o sentido de objeto de ciência e tecnologia prevaleceu.

Outros sentidos e capitais têm sido associados ao Museu da Medicina da Pernambuco, se sobrepondo aos sentidos originais. Como parte do processo de musealização, pode-se citar a continuada prevalência de critérios técnicos e conceituais da Museologia sobre alguns aspectos do funcionamento do Museu, sobretudo na expografia.

Um outro processo de intervenção na expografia original diz respeito à retirada da exposição de impressos e manuscritos em suporte papel. O motivo técnico, desta vez, foi a conservação dos papéis, naturalmente mais frágeis do que os objetos em metal, vidro ou madeira. Originalmente as vitrines continham muitos livros, periódicos e diplomas. Do que se podia perceber, a intenção de expor os livros e periódicos era demarcar as áreas da medicina que foram mais desenvolvidas no Estado, bem como sinalizar, através da autoria das obras, os profissionais que foram expoentes no campo. Já os diplomas sinalizavam os capitais intelectuais de que dispunham os médicos representados no Museu – por exemplo, todos os diplomas de Leduar de Assis Rocha encontravam-se expostos em uma estante.

Todos os objetos em papel foram retirados da exposição, pois o Museu não possui controle de temperatura e nem de luminosidade, sujeitando os objetos a constante deterioração devido à incidência de uma alta quantidade de lúmens. Neste caso prevaleceu o critério técnico museal em detrimento dos interesses originais de reificar alguns dos profissionais importantes no campo.

Os objetos retirados de exposição foram depositados na reserva técnica - que cresceu a ponto de atualmente estar ocupando outra sala do edifício, fora dos locais originalmente dispostos para o Museu. E os documentos em papel passaram a compor uma biblioteca de obras raras e um pequeno arquivo, com tratamento básico inerente a cada uma das áreas – biblioteconomia e arquivologia.



Fotos 7 e 8 - Recepção e Sala 1; Anfiteatro. Museu da Medicina de Pernambuco em 2013. Fotos: Manoela Lima, 2013.

A intervenção na expografia e o alargamento do Museu para outros setores do Memorial da Medicina é um indício das transformações que a musealização vem operando no Museu, especialmente considerando-se que tanto o prédio quanto as associações médicas existentes no Estado continuam a vivenciar conflitos por conta dos espaços físicos.

No âmbito dos espaços físicos do MMP, originalmente sua constituição expressa a clara manutenção da relação entre os contextos primários e uma proposta expositiva que promove a retransmissão da noção de influência de agentes sociais no processo de desenvolvimento da instituição, haja vista os espaços serem denominados como Salão 1 (Anfiteatro), Salão 2 (Octávio de Freitas) e Salão 3 (Leduar de Assis Rocha). Ou seja, além do anfiteatro que caracteriza as atividades existentes na Faculdade de Medicina, os

dois outros espaços são nomeados com a intenção de reificar personagens que foram – e continuam sendo – relevantes no campo da medicina.

Estas escolhas indicam os aspectos políticos que determinam os alcances da comunicação museológica produzida através da expografia, que, neste caso, foi determinada pelas prioridades do público específico consolidado ao longo do desenvolvimento da construção do Museu - constituída pelos membros da comunidade acadêmica específica.

No entanto, os resultados práticos, apontados a partir da observação do cotidiano institucional, apresentam maiores limitações a esta definição de público específico, pela predominância de perfis detentores de elevada faixa etária e certo isolamento institucional do Museu junto às demais associações médicas. Tal situação pode atualmente ser identificada como a principal barreira para a integração da instituição de modo menos traumático ao contexto contemporâneo.

O que se identificou, ao longo das ações realizadas pela Museologia, como a representação do chamado regime de interesse, caracterizado por Panese (2007, p.36), como uma situação que situa o museu “entre (inter-esse) conteúdos e agentes, entre exposições e visitantes que compartilham diferentes expectativas hermenêuticas, simbólicas e, por que não dizer, políticas”, possivelmente ocasionando “dissonâncias cognitivas, ideológicas ou sociais”, conferiu motivação adequada para o desempenho dos processos museológicos que, no potencial educativo dessas instituições (HOOPER-GREENHILL, 1994, p.152), encontram novas possibilidades de transformação da relação com o público, principalmente, a partir da mudança de paradigma no campo que redirecionou o foco de suas intervenções, migrando dos médicos para a medicina .

Considerações finais

A atuação do Curso de Museologia junto ao Museu da Medicina de Pernambuco ainda se encontra em curso e, neste ano de 2016 a instituição conta com a presença de uma museóloga do Curso atuando no Museu durante três dias da semana, o que vem acelerando as modificações nas práticas de documentação, conservação e expografia do MMP.

Evidências de ordem primária e secundária, constituídas por documentos administrativos, manuais, estudos acadêmicos, produções da imprensa local e coleções museológicas, foram utilizadas para realizar a análise das condições de gestão da coleção, arrolamento

dos objetos dispostos nos ambientes destinados à conservação e apreciação, adequação de denominações mais específicas de instrumentos e procedimentos da área médica, análise e interpretação das subcoleções encontradas, redesenho dos conceitos norteadores da narrativa expográfica, medidas de conservação preventiva das coleções, do mobiliário expositivo e dos ambientes de trabalho da instituição e facilitação do acesso ao público no MMP. Tais atividades possibilitaram o surgimento de interpretações mais aprofundadas sobre a constituição da instituição, que por muitas décadas permaneceu apenas conformada nos interesses de personalidades da área médica local.

A atuação da Museologia diante das realidades apresentadas pelo Museu da Medicina de Pernambuco representa não apenas a possibilidade de interpretá-lo, como também de transformá-lo em um agradável desafio diante dos compromissos sociais que a própria disciplina impõe a si mesma. Esta aproximação redimensiona o alcance do Museu, pela oportuna relação que a Museologia estabelece com as demais áreas do conhecimento.

Este encontro permitiu a revisão de conceitos norteadores que, por vezes, caracterizam o real descompasso dos discursos das instituições museológicas com a sociedade na qual se inserem. O fortalecimento desta relação converteu-se também em benefícios para a própria estabilidade da disciplina, no que compreende a aplicabilidade de suas proposições e metodologias.

Referências

AMOROSO, Mauro. Ivolino de Vasconcellos e a Revista Brasileira de História da Medicina: um estudo de caso sobre a historiografia da medicina no Brasil (1949-1970). *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina: ANPUH, 2005. p.1-8. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0757.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

BARRETO, Luiz. Museu da Medicina de Pernambuco. *Estudos Universitários, Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*, v. 27, n. 8, p.133-140, 2011.

BARRETO, Luiz. *Fragments de uma história*. Recife: Nagrafil Gráfica e Editora, 2000.

BARRETO, Luiz. *Museu da Medicina de Pernambuco*. [Online]. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/espacos/museu-medicina-pe>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

COSTA, V.; ROCHA, L. de A. Pródromos da criação da Faculdade de Medicina do Recife. In: KELNER, Salomão *et al.*. *História da Faculdade de Medicina do Recife*. Recife: Liber Gráfica e Editora Ltda, 1985. p.19-24.

FALCÃO, J.. Museu da Medicina de Pernambuco. *Mensagem*. Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Medicina do Recife. Recife: ano 1, n.1, fev. 1995.

FARIA, Sonia Castro. O objecto e os museus de medicina : aprofundamento de um modelo de estudo. 2009. 264f. *Dissertação* (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, PT.

FREITAS, O.. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. [s/local]: [s/editora], 1904.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional, v. 2, Brasil, ICOM, 2010. p.86-95.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *The Educational Role of the Museum*. Londres: Routledge, 1994.

KELNER, S. *et al.*. *História da Faculdade de Medicina do Recife*. Recife: Liber Gráfica e Editora Ltda, 1985.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. *Museologia & Interdisciplinaridade, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília*, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013.

LIMA, J. F.. Octávio de Freitas e a Sociedade de Medicina de Pernambuco. In: TÁVORA. José Geraldo (Org.). *Octávio de Freitas: um homem à frente de seu tempo*. Recife, 1993. p.50-53.

LIMA, Manoela Edna. *Quando o museu encontra a museologia: um patrimônio da medicina em Pernambuco*. 2013. *Monografia* (Bacharelado) Graduação Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Orientador: Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.

MAROEVIC, Ivo. The role of museality in the preservation of memory. In: *Symposium Museology and Memory*. International Committee for Museology/ICOFOM, ISS 27. Paris: ICOFOM Study Series, 1997. p.120-125.

MENDONÇA, Luís C. de; MENDONÇA, João H. *IMIP: identidade, missão e trajetória*. Recife: Bagaço, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.07-28, dez. 1993.

PANESE, F. O significado de expor objetos científicos em museus. In: VALENTE, Maria Esther Alvarez (Org.). *Museus de Ciência e Tecnologia – interpretações e ações dirigidas ao público = Museums of Science and Technology – interpretations and activities to the public*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007. p.31-39.

ROCHA, L. de A. Notas sobre o Instituto Pernambucano de História da Medicina. In: TÁVORA. José Geraldo (Org.). *Octávio de Freitas: um homem à frente de seu tempo*. Recife: Ed. Octávio de Freitas, 1993.

ROCHA, L. de A.. *Figuras e fatos da velha medicina pernambucana*. Recife: [Prefeitura Municipal do Recife/Departamento de Documentação e Cultura], Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Recife, 1956.

RUTAR, V. Geneze pojmu muzeálie, muzealita a muzealizace na stránkách Muzeologických sešitů v letech 1969 - 1986. *Museologica Brunesia*, p.06-13, 2012.

SANTOS, M. S. dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.55, p.53-72, 2004.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Revista Ciência da Informação*, v. 42, n. 3, p.358-378, set./dez., 2013.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios. 2004. 294f. *Tese* (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. Orientadora: Profa. Dra. Priscila Kuperman.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: ANNUAL REGIONAL ICOFOM MEETING FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN – ICOFOM LAM (08). Coro, Venezuela. 28 nov. / 04 dic. 1999. *Museología, Filosofía y Identidad en América Latina y el Caribe*. Org. and edited by Ana María Reyes y Nelly Decarolis. p.133-164.

SOCIEDADE DE MEDICINA DE PERNAMBUCO. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832- 1930)*. Fiocruz. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015.

TÁVORA. José Geraldo (Org.). *Octávio de Freitas: um homem à frente de seu tempo*. Recife, 1993.

Fontes documentais

ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ata de fundação da Academia Pernambucana de Medicina*. dez. 1970. Acervo Arquivo Histórico do Museu do IMIP.

ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ofício ao Magnífico Reitor Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel*. 1º de agosto de 1978. Arquivo Histórico do Museu do IMIP.

ROCHA, L. de A.. *Hospital Pedro II: uma história a ser contada* – ago. 1986. Fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

ROCHA, L. de A.. *História da Medicina*. Fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

ROCHA, L. de A.. *Crônica da Cidade*. Fragmento de jornal. Museu de História da Medicina.

ROCHA, L. de A.. *Museu*. Fragmento de jornal. mar. 1972. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

ROCHA, L. de A.. *Notas avulsas*, fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

ROCHA, L. de A.. *Museu de História*, fragmento de jornal. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.

SOCIEDADE de Medicina de Pernambuco. Fragmento de jornal. abr. 1972. Acervo Museu da Medicina de Pernambuco.